



EMENTA DE CURSO

1. **Nome do curso:** A Inclusão e o Relacionamento Interpessoal no Atendimento e Trabalho Junto à Pessoa com Deficiência no Serviço Público.

2. **Objetivo Geral:** Capacitar os servidores para melhor interagir/atender de forma adequada as pessoas com deficiência no ambiente público de trabalho, seja na relação interpessoal com os colegas servidores que tenham alguma deficiência, seja no processo de atendimento ao público externo.

3. **Carga Horária:** 20 horas/aula

4. **Conteúdo Programático:**
 - A Lei Brasileira de Inclusão e os principais tipos de deficiência que existem, suas características e desafios.
 - Como lidar com a pessoa com deficiência no ambiente do Serviço Público.
 - Os desafios para vencer as barreiras atitudinais no ambiente de trabalho e na relação com a pessoa com deficiência.
 - Ergonomia e estratégias para o bom atendimento a pessoa com deficiência no ambiente Público
 - A relação profissional e o bom relacionamento interpessoal no processo de inclusão da pessoa com deficiência no Serviço Público.



5. Metodologia:

Metodologia de Ensino: exposição dialogada, atividades práticas , apresentação de vídeos, estudo dirigido e estudo de casos, produção textual e trabalho em grupo .

Metodologia de Avaliação de Aprendizagem: a avaliação será diagnóstica e processual, com base nas atividades desenvolvidas no curso, participação em sala de aula e entrega de produção textual feita em sala.

6. Bibliografia:

ALBUQUERQUE, Jamil. **A arte de lidar com pessoas: a inteligência interpessoal aplicada.** 2ª ed. São Paulo: Planeta, 2012

ALCÂNTARA. M . A. et al. **A Importância da análise Ergonômica na adaptação de Postos de Trabalho para Pessoa com Deficiências Físicas.** In: XIII Congresso Brasileiro de Ergonomia. II Fórum Brasileiro de Ergonomia. I Congresso Brasileiro de Iniciação Científica em Ergonomia – ABERGO Jovem, 2004, Fortaleza/CE Anais, 2004.

ARAÚJO. Luíz Alberto David. **A proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência.** Brasília.1994.140f. Tese (Ph. D. em Direito Constitucional).- Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1994.

BARBOSA FILHO, A. N. **Um Modelo de Avaliação da Qualidade de Vida no Trabalho para a Pessoa com Deficiência.** Tese de Doutorado. CTG-Engenharia de Produção. Recife:UFPE, 2004.

BARROSO, Luíz Roberto. **A Dignidade da Pessoa Humana no Direito Constitucional Contemporâneo: Natureza Jurídica, Conteúdos Mínimos e Critérios de Aplicação.** Revista Magister de Direito Humanos, n. 6, jul/set de 2013. DVD.



BITTENCOURT, Z. Z. L. C.; FONSECA, A-M. R. **Percepções de pessoas com baixa visão sobre seu retorno ao mercado de trabalho.** Paidéia, Ribeirão Preto, SP, v. 21, n. 49, p. 187-195, maio a ago. 2011.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.** Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 dez. 1999.

CARVALHO, Maria do Carmo Nacif de. **Relacionamento Interpessoal: como preservar o sujeito coletivo.** Rio de Janeiro: LTC, 2009.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Causa, impedimento, deficiência e incapacidade, segundo a inclusão.** Revista Reação, São Paulo, ano XIV, n. 87, jul./ago. 2012.

Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a **Lei Brasileira de Inclusão** da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.ht

Disponível em: Acesso em: 21 fev. 2019.